

AS CONTRIBUIÇÕES DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA APRENDIZAGEM DO SURDO EM ESCOLAS REGULARES



LUCIANA DIAS MARCATI MANDU

Graduação em Pedagogia pela Universidade Santo Amaro - UNISA (2020); Professora de Educação Infantil no CEU CEI São Rafael e no CEU EMEI Roque Spencer Maciel de Barros.

RESUMO

A inclusão no ensino regular caracteriza-se como uma discussão presente em diferentes contextos, considerando a necessidade de respeito aos limites de cada estudante, bem como potencializar as habilidades de acordo com a especificidade individual do discente. Deste modo, o levantamento bibliográfico realizado para elaboração deste estudo identificou as dificuldades e desafios nas escolas de ensino regular, considerando o processo de ensinar e aprender dos estudantes surdos, evidenciando a importância da comunicação por meio da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), a fim de oportunizar desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, sendo fundamental a presença do intérprete de Libras nas escolas para acompanhar e direcionar as atividades, reduzindo as barreiras existentes na inclusão dos surdos. Diante desta realidade, este trabalho objetivou identificar a importância do intérprete de Libras na aprendizagem dos surdos nas escolas regulares. A relevância do estudo justifica-se na necessidade de compreender como a Libras deve ser adotada nas salas de aula regulares, proporcionando ao surdo o desenvolvimento das habilidades e aprendizagem de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Intérprete; Aprendizagem; Surdo.

INTRODUÇÃO

A realização deste estudo buscou identificar as dificuldades e desafios do ensino de surdos nas escolas regulares, evidenciando a Libras como a maneira mais eficaz de comunicação para potencialização do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. A motivação ocorre a partir do reconhecimento da importância do intérprete de Libras nas escolas, acompanhando e direcionando

as atividades, proporcionando a inclusão dos surdos.

A partir da Libras, é possível abordar diferentes conceitos, em âmbitos racionais e emocionais, independente da complexidade, desde que a língua de sinais seja reconhecida em seu sentido pleno, não a limitando como tradução da língua portuguesa, mas determinando as características e particularidades da Libras, que reflete a cultura e identidade da comunidade surda (DALL'ACQUA, 2010).

Para que a Libras chegue aos contextos educacionais, faz-se necessário o acompanhamento do intérprete, de modo que o estudante surdo alcance avanços no processo de ensino-aprendizagem a partir da facilitação estimulada pelo intérprete. Neste contexto, o bilinguismo ocorre na possibilidade de o surdo aprender a partir da língua de sinais estando centralizada no seu desenvolvimento (QUADROS, 2014).

Diante desta realidade, este estudo objetivou identificar a importância do intérprete de Libras na aprendizagem dos surdos nas escolas regulares. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: identificar as principais características da Libras e sua relevância à comunidade surda; estabelecer o perfil do intérprete de Libras; identificar a presença do intérprete de Libras como facilitador do processo de ensino-aprendizagem do surdo.

A relevância do estudo justifica-se na necessidade de compreender como a Libras deve ser adotada nas salas de aula regulares, proporcionando ao surdo o desenvolvimento das habilidades e aprendizagem de qualidade, de modo que o surdo seja reconhecido pela sua cultura e não deficiência.

Para a elaboração deste estudo, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura, a partir da leitura de livros, revistas, artigos publicados, teses e monografias encontrados em domínios públicos, que abordam a temática escolhida.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

A linguagem representa uma ferramenta de excelência para que a comunicação seja efetiva entre as pessoas, seja falada ou gestual. Quando o sujeito é ouvinte, a linguagem falada aprimora-se em níveis, de modo que o vocabulário aumenta conforme as relações sociais. No caso da linguagem gestual, utilizada pela comunidade surda e intérpretes, os sinais representam as falas e as expressões faciais reafirmam as intenções das conversas (SOARES, 2013).

A comunicação realizada por meio da linguagem de sinais, dependendo prioritariamente das mãos, caracteriza-se como uma língua independente, ou seja, que não exige tradução oral, tampouco determina-se como mímica. Sendo assim, a linguagem de sinais é classificada a partir da compreensão de um sinal, por um grupo de pessoas, refletindo na formalização deste sinal, desconstruindo a ideia de gesto e proporcionando signos à linguagem utilizada (KARNOPP, 2017).

Além dos signos para a comunicação por meio de sinais, a expressão facial também representa um importante instrumento, possibilitando a manifestação de emoções e sentimentos, ca-

bendo aos sujeitos relacionarem os sinais às expressões, ampliando a clareza e objetividade na comunicação (DALL'ACQUA, 2010).

A independência da Língua de Sinais caracteriza-se como dimensional, de modo que cada país possui uma forma de comunicação própria, além de não existir correspondência com a língua oral, ou seja, sinais mímicos não representam palavras e expressões das linguagens de sinais (KARNOPP, 2017).

A Língua de Sinais é conhecida pela complexidade que representa aos ouvintes, porém para a comunidade surda, trata-se de um instrumento de comunicação objetivo e eficaz, realizada de forma rápida e utilizando como canal a visão, não a audição (THOMA, 2012).

No Brasil, a Língua de Sinais foi reconhecida a partir da promulgação das leis nº 10.436/2002 e nº 10.098/2002. Portanto, a Língua Brasileira de Sinais – Libras, segundo a legislação vigente, caracteriza-se como um sistema linguístico, utilizado para a transmissão de ideias e fatos, especialmente entre a comunidade surda (DALL'ACQUA, 2010).

A Libras está pautada na dimensão espacial, a partir da estruturação semântica, sintática e gramatical completas, mesmo que seja diferente da linguagem oral e escrita. A Libras apresenta como característica a ausência da fala e sons que compõe a comunicação oral, representando significados aos surdos e reduzindo as dificuldades de aprender, a partir da possibilidade de reconhecimento da linguagem de sinais, sem imposição da aprendizagem da oralidade ou leitura labial, por exemplo (THOMA, 2012).

A Libras determina-se, portanto, como a forma de comunicação entre a comunidade surda brasileira, que ainda permite a aprendizagem de ouvintes e intérpretes. A Libras é fundamental para o desenvolvimento das habilidades do surdo nas diferentes dimensões, desde social e linguística, até cultural e educacional, proporcionando uma diferenciação entre surdos e não surdos, além disso, mundialmente, o conhecimento da Língua de Sinais permite caracterizar o surdo como bilingue (RIBEIRO, 2014).

As leis que asseguram a importância da Libras para o sistema linguístico no Brasil refletiram significativamente na realidade social, política e, conseqüentemente, educacional, determinando a Libras como mecanismo imprescindível de comunicação entre surdos e fundamental para conhecimento dos ouvintes, ampliando a efetivação da inclusão. O acesso a Libras depende, portanto, do ensino e formação de surdos e ouvintes, bem como a inserção de políticas sociais que garantam os direitos do surdo e dos intérpretes, de modo que a Língua seja utilizada em meios diversos de comunicação e relações cotidianas (THOMA, 2012).

A Libras, apesar de ser uma conquista aos surdos, ainda apresenta situações de conflitos dentro das escolas, quando se trata de inclusão, pois a Libras vem adquirindo espaço entre intérpretes e ouvintes, porém o conhecimento acaba restrito à comunidade surda, ou seja, quando a escola não tem acesso ao intérprete, o estudante surdo, que se comunica por meio de sinais, permanece limitado às mímicas, suposições e associações entre fala e sinais, proposta pelo professor que não tem domínio da Libras (SOARES, 2013).

De acordo com Dall'Acqua:

O processo de inclusão exige uma reforma geral na organização dos sistemas de ensino, ponto de partida para a inclusão e apropriação da língua de sinais, em especial para o atendimento dos alunos surdos e emerge a necessidade dos professores dominarem minimamente a Libras (DALL'ACQUA, 2010, p.70).

Portanto, a Libras depende de ações sociais, políticas e educacionais para que seja efetivamente praticada, sendo fundamental o conhecimento dos professores para que seja uma prática comum entre os estudantes, facilitando assim, a formação de cidadãos conscientes da importância da língua de sinais para inclusão dos surdos.

A instituição da Libras como disciplina obrigatória aos cursos voltados à formação de professores (Lei nº 10.346, regulamentada pelo Decreto nº 5626/2005) proporcionou aos surdos a oficialização da identidade e reconhecimento da língua própria desta comunidade, de modo que a cultura dos surdos seja compreendida socialmente. A promulgação da lei permitiu a interpretação dos surdos para as políticas públicas, evidenciando-os como pessoa com perda auditiva que se comunica com o mundo pelas experiências visuais e língua de sinais (RIBEIRO, 2014).

A legalização dos direitos dos surdos, bem como o reconhecimento da importância da Libras em diferentes contextos sociais, sendo fundamental a iniciação nos currículos escolares, de modo que a aprendizagem esteja garantida aos surdos e ouvintes, permite a extensão à compreensão de que o bilinguismo dos surdos alcance visibilidade para a educação desta comunidade, situação amparada na Nota Técnica nº 62/2011, quando o MEC prevê a organização da educação bilingue nas escolas públicas de ensino regular (DALL'ACQUA, 2010).

Como bilinguismo da comunidade surda, define-se a possibilidade de comunicação por meio da Libras, utilizando-a como instrumento de aprendizagem para acesso à cultura e identidade brasileira, além de permitir a aquisição do conhecimento da língua portuguesa, interpretada como segunda língua, cabendo à Libras o reconhecimento como língua materna dos surdos. As políticas educacionais, portanto, devem assegurar à comunidade surda os direitos de comunicação em Libras nas escolas regulares (RIBEIRO, 2014).

“O trabalho escolar em Libras é realizado, principalmente, nas salas de recurso multifuncionais, porém, sem atribuição de caráter prioritário para o ensino dos surdos, já que se trata da própria definição legislativa” (SOARES, 2013, P.39).

Portanto, apesar da promulgação das leis que garantem aos surdos a comunicação por Libras e reconhecimento do bilinguismo, a precariedade nas escolas para regulamentação das políticas educacionais ainda é presente, limitando o surdo ao trabalho em Libras nas salas de recurso multifuncionais, devido ao desconhecimento dos professores das salas regulares para comunicação na língua de sinais ou ausência de intérpretes para acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos.

O INTÉRPRETE DE LIBRAS

Contrariamente ao que o senso comum considera, o intérprete de Libras não é a voz do surdo, mas o facilitador da comunicação entre surdos e ouvintes, permitindo o conhecimento e compreensão da identidade e cultura da comunidade surda. O intérprete caracteriza-se como o intermediário entre surdos e ouvintes, possibilitando a eficiência na comunicação e compreensão de ambas as línguas (DALL'ACQUA, 2010).

A formação em intérprete na Libras não depende apenas de estudos e apropriação da língua de sinais, mas requer o conhecimento das particularidades da comunidade surda, bem como compreensão da cultura e história dos surdos, identificando as limitações, especificidades e características (PECHI, 2011).

O profissional intérprete representa uma figura importante na inclusão do surdo em diferentes contextos sociais, ampliando a comunicação entre surdos e ouvintes, cabendo a necessidade de uma relação de confiança entre o intérprete e o surdo, em âmbitos profissionais e pessoais (QUADROS, 2014).

Neste contexto, o intérprete deve cumprir suas funções, de modo que a interpretação seja uma prioridade, de modo que valores pessoais não influenciem a comunicação. Além disso, o profissional precisa manter sigilo ao acompanhar o surdo em diferentes atividades, não revelando as particularidades do sujeito (MELO, 2013).

O intérprete representa a comunicação entre surdo e ouvintes, mediando situações variadas, sendo fundamental a aprimoração e acompanhamento nas mudanças sociais, de modo que novos sinais sejam identificados, refletindo na importância de capacitações continuadas para a conquista de melhorias profissionais. Além disso, a expressão facial é fundamental para o intérprete, simbolizando as emoções e sensações, para um entendimento mais preciso, especialmente dos surdos (PECHI, 2011).

Os primeiros intérpretes agiam de forma prática, sem orientações específicas, porém, os especialistas iniciais foram registrados na Universidade de Genebra, em 1941, representando a primeira escola voltada à formação de profissionais intérpretes de línguas orais. Apenas em 1972, a formação estendeu-se à tradução (QUADROS, 2014).

A tradução e a interpretação caracterizam-se como similares, não idênticas, pois a tradução representa a necessidade de leitura e reflexão sobre a língua, enquanto a interpretação ocorre de forma simultânea, cabendo ao profissional identificar as ações e sentimentos, transferindo à comunicação tais situações, atribuindo formas ao que sente, de modo que as mensagens originais cheguem ao surdo, levando em consideração aspectos culturais e situacionais, acima da limitação linguística (PECHI, 2011).

Portanto, o intérprete caracteriza-se como profissional bilingue, que proporciona a comunicação entre surdos e ouvintes, apresentando um perfil de domínio da língua de sinais, conhecimento da cultura e identidade da comunidade surda, bem como formação acadêmica e reconhecimento

dos órgãos de filiação, de modo que seja intérprete da realidade, não buscando explicar o contexto.

Em espaços educacionais, a função do intérprete está além da comunicação entre surdos e ouvintes, devido a participação cotidiana no processo de ensino-aprendizagem, de modo a proporcionar a facilitação para o desenvolvimento das atividades, situação que permite à escola nortear as metodologias voltadas à inclusão do surdo em contextos escolares regulares (MELO, 2013).

DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS EDUCACIONAIS AOS SURDOS

A elaboração de modelos pedagógicos voltados à importância do bilinguismo na educação brasileira apresentou maior consolidação a partir dos espaços de diálogos e reflexões realizadas após a virada do século XXI, em que houve a desconstrução de ideologias defasadas acerca da identidade, comunicação e cultura dos surdos sofrem transformações cotidianas, diante da possibilidade de conhecimento e aproximação com a comunidade surda, reconhecimento dos direitos e identificação das necessidades sociais, educacionais e políticas (BEHARES, 2015).

Lacerda (2016) ressalta a importância de uma abordagem educacional envolver as diferentes interpretações sobre bilinguismo, bem como suas modalidades, de modo que as práticas pedagógicas sejam construídas e pautadas em situações de aprendizagem centradas nas necessidades dos surdos, com as devidas adaptações curriculares, sem que o inverso ocorra, ou seja, a adaptação deve surgir da escola para o estudante, não cabendo ao surdo adaptar-se às realidades educacionais.

As atuais políticas educacionais que preveem o bilinguismo nas escolas regulares intencionalmente a defesa dos direitos dos surdos, proporcionando a inclusão destes estudantes ao processo de ensino-aprendizagem, garantindo desenvolvimento das habilidades e formação de qualidade. O objetivo é que ocorra a utilização da Libras em espaços escolares, permitindo a comunicação dos surdos e compreensão dos demais indivíduos, sem que seja necessário recorrer a mecanismos alternativos, como a mímica (FERNANDES, 2009).

As legalidades instituídas até o momento afirmam a obrigatoriedade de formação de professores bilingues, que compreendam a Libras, bem como a importância de intérpretes presentes nas salas de aula que atendem estudantes surdos, porém, a estruturação da educação bilingue ainda representam um desafio às escolas, devido à ausência de adoção de metodologias que assegurem a comunicação bilingue, decorrente da precariedade na adaptação curricular (BEHARES, 2015).

Apesar da adoção do bilinguismo na educação regular apresentar deficiências e ausências nas escolas, existem duas formas defendidas pelos profissionais e especialistas na educação de surdos, em que a primeira afirma a relevância de aprender Libras juntamente à língua portuguesa, de modo que a alfabetização seja simultaneamente bilingue. Na segunda linha, destaca-se a necessidade de aprendizagem da língua oral, priorizando ao surdo a língua de sinais e a língua portuguesa na modalidade escrita. Sendo assim, evidencia-se a importância de discutir a estruturação dos modelos pedagógicos que embasam a aprendizagem dos surdos nas escolas regulares (BORGES, 2014).

Uma das formas de garantir a existência da comunicação em Libras nas salas de aula regulares é a exigência da presença de um intérprete, acompanhando o estudante surdo, no momento da matrícula, apesar desta ação não representar garantias totais do aprendizado bilingue dos surdos, pois o intérprete facilita interação entre a língua de sinais e a portuguesa, de modo que o princípio da aprendizagem esteja pautada no português, transformando a Libras em coadjuvante do processo, sendo fundamental a construção de materiais que atendam o desenvolvimento do surdo já na sua língua materna (MELO, 2013).

Borges (2014) chama atenção para as políticas sociais e educacionais que asseguram os direitos de a comunidade surda ainda priorizarem ouvintes, tratando a tradução da língua portuguesa para a Libras como uma realidade comum, discursando justificativas para a aprendizagem bilingue em escolas regulares a partir da presença de intérpretes, situações que não garantem o desenvolvimento dos surdos de maneira eficaz e com qualidade.

De fato, a presença de intérpretes nas salas de aula regulares facilita a efetivação do processo de ensino-aprendizagem dos surdos, assegurando a inclusão, pois considera que a frequência dos surdos para comunicação exclusiva em Libras deve ocorrer em escolas especiais, que utilizam a língua de sinais como primeira na aprendizagem. Porém, quando há o intérprete nas escolas regulares, a comunicação caracteriza-se como a única garantia de amparo aos surdos, sem que outros fatores sejam considerados no processo de inclusão, ou seja, a discriminação pode acontecer a partir do isolamento do estudante surdo (VITORIA, 2016).

Os objetivos que defendem a necessidade da educação bilingue acima da presença do intérprete, de modo que seja oportunizada e estimulada a socialização e relacionamentos entre estudantes surdos e ouvintes, considerando a educação pautada no respeito às diversidades, proporcionando o conhecimento da cultura e identidade da comunidade surda, a fim de que ocorram reflexões sobre a urgência de erradicação das ações que discriminam surdos e demais pessoas com deficiências (BEHARES, 2015).

O processo de ensino-aprendizagem, para que seja completo, depende das interações entre as pessoas e, quando o estudante surdo é inserido nas escolas regulares, esta plenitude pode ser comprometida, uma vez que a baixa ou ausência de audição compromete de maneira significativa o envolvimento dos indivíduos, considerando que o professor comunica-se por palavras e os colegas de sala o compreendem, mas o surdo depende de uma terceira pessoa para interpretação da fala, caracterizando uma desvantagem ao surdo (LACERDA, 2016).

O professor intérprete é importante na interação do surdo com sua turma, mas a inclusão não se resume a este fator, sendo fundamental que ocorra a articulação de ações e atividades, proporcionando ao estudante surdo a participação em diferentes momentos da aula, não o limitando apenas ao assistir as aulas (BORGES, 2014).

Portanto, é fundamental assegurar a inclusão real dos surdos nas salas de aula regulares, de modo que o respeito às diversidades inicie na escola, formando cidadãos conscientes da importância da transformação de ideologias políticas, sociais e educacionais e, neste contexto, reduzindo as possibilidades de fracasso escolar dos estudantes surdos.

Segundo Vitoria (2016), a baixa ou ausência de audição, quando não trabalhadas desde cedo pelas famílias dos surdos, pode implicar no desinteresse e autoexclusão dos surdos, situação que evidencia as possibilidades de bloqueio de aprendizagem, refletindo no fracasso escolar, bem como o desenvolvimento do sentimento de frustração e angústia, autoestima baixa e, consequentemente, evasão escolar, que se estende à exclusão social, diante de pessoas que não respeitam as diversidades decorrente da formação precária para estas discussões.

Quando o estudante surdo é incluído na escola regular, recebendo as devidas mediações e aprendendo Libras não como tradução do português, a comunicação ocorre de forma natural, bem como o desenvolvimento das habilidades fundamentais para a formação do sujeito. A percepção de que a Libras é a primeira língua do surdo deve ser evidente aos professores e colegas, de modo que o intérprete não represente o estudante surdo, mas apenas um facilitador no processo de ensino-aprendizagem (BEHARES, 2015).

O estudante surdo precisa aprender os conceitos curriculares de maneira interativa, efetivando a caracterização do bilinguismo. A leitura e escrita devem ser construídas de maneira dinâmica, com aperfeiçoamentos e reconhecimento das dificuldades, sem que o processo seja mecanizado, situação que permite o alcance do sucesso no processo de aprendizagem dos surdos, de modo que a Libras não se resuma à repetição da língua portuguesa (FERNANDES, 2009).

Além das políticas educacionais, as escolas precisam construir metodologias estratégicas que reconheçam as necessidades e atendam as particularidades dos estudantes surdos, bem como dos demais deficientes. O domínio da língua não depende das limitações do surdo, mas da criação de espaços estimulantes e propícios ao aprender, considerando que todo cidadão tem direito ao acesso e permanência na educação básica gratuita.

Nesta perspectiva, a educação bilingue transforma a realidade educacional, desde que a organização de estratégias curriculares esteja fundamentada na importância das interações acima da oralidade, de modo que a surdez não seja um problema para o desenvolvimento e a aprendizagem, mas permitindo que ocupem espaço no conhecimento, na troca e na comunicação (BORGES, 2014).

Além do uso da língua, os estudantes surdos dependem de espaços escolares estimulantes e desafiadores, que permitam a exploração das habilidades, não os reduzindo à condição da surdez, mas reconhecendo este estudante pelas capacidades, evidenciando a necessidade e urgência de construção de propostas educacionais e curriculares pautadas no respeito às diversidades e inclusão de todos, independente das limitações (LACERDA, 2016).

A formação bilingue está além da obrigação aos surdos de utilização da oralidade, permitindo a apropriação da comunicação, considerando a importância da Libras ao desenvolvimento dos surdos, não reduzindo a língua à tradução do português, mas compreendendo a relevância do ambiente bilingue à comunidade surda, a partir da regulamentação de políticas educacionais que assegurem a adoção da Libras em contextos múltiplos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares de Educação Básica, a partir da identificação da presença da Libras como realidade no contexto escolar, evidenciando a importância e necessidade do intérprete para efetivação do processo de ensino-aprendizagem do estudante surdo.

A inclusão dos surdos ocorre de forma precária, assim como nos casos dos demais estudantes com necessidades especiais, em que as políticas públicas voltadas à educação evidenciam a necessidade de respeito às diversidades, bem como a importância da adaptação curricular, porém, efetivamente, estas práticas ainda apresentam defasagem quanto a implementação, acompanhamento e regulamentação.

A inclusão dos surdos, objeto de estudo deste trabalho, está além de acolher surdos nas salas de aula regulares, mas reconhecer a cultura e identidade da comunidade surda, de modo que a aprendizagem seja facilitada por meio do uso da língua de sinais, proporcionando o sentimento de pertencimento, bem como o reconhecimento da relevância da Libras aos estudantes surdos.

Ao longo das décadas, a comunidade surda busca a regulamentação de leis que estabeleçam a obrigatoriedade da Libras em diferentes contextos sociais, incluindo a escola como espaço importante para a aprendizagem da língua de sinais, assim como a prática para que a formação e conscientização ocorra a partir dos estudantes, ampliando para uma sociedade que respeita às diversidades e compreende as particularidades dos grupos.

Neste contexto, o papel do intérprete é fundamental para que ocorra a facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes, utilizando como ferramenta a Libras, de modo que a língua de sinais seja a prioridade para o desenvolvimento dos surdos, não representando apenas uma tradução da língua portuguesa, mas representando a complementação entre ambas.

Para tanto, as políticas educacionais precisam visar a reelaboração dos currículos, enfatizando a necessidade de novas propostas que permitam a adaptação das metodologias, buscando estratégias para uma educação de qualidade, cabendo ao intérprete mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, a fim de transformar a aprendizagem em algo significativo, sem discriminação.

REFERÊNCIAS

BEHARES, L. E. **Novas correntes na educação do surdo: dos enfoques clínicos aos culturais**. 6ª ed. Santa Maria: UFSM, 2015.

BORGES, A.R. **A inclusão de alunos surdos na escola regular**. Revista Espaço. Rio de Janeiro, v.21, p. 63-68, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo=S1413-6538200603.pdf>. Acesso 06 fev. 2024.

DALL'ACQUA, M. R. **A perspectiva social na emergência das Línguas de Sinais: A noção de comunidade de fala e idioleto segundo o modelo teórico Laboviano**. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2010.

FERNANDES, E. **Surdez e Bilingüismo**. 5ª ed. Porto alegre: Mediação, 2009.

KARNOPP, L. B. **A língua na educação do surdo**. 2ª ed. Porto Alegre: Sameyr, 2017.

LACERDA, C. B. F. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos**. Cad. CEDES, v.20, n.50, p.70-83, 2000. Disponível <http://www.scielo.br/scielo=S010132622000.html>. Acesso 06 fev. 2024.

MELO, A. V. S. **A formação e atuação do tradutor intérprete de libras em sala de aula**. Aracaju : UNIT, 2013.

PECHI, D. **As escolas são obrigadas a manter um tradutor de libras nas salas de aula para os alunos com deficiência auditiva?** Revista Nova Escola. 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1588/html>. Acesso 10 fev. 2024.

QUADROS, R. M. **O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. 3ª ed. Brasília: SEESP/MEC; 2014.

RIBEIRO, C.B. **Narrativas e processos de desenvolvimento bicultural: trajetórias escolares de surdos jovens e adultos**. 2ª ed. Brasília: Monemma, 2014.

SOARES, M. A. L. **A Educação do Surdo no Brasil**. 9^a ed. EDUSF: Editora Autores Associados, 2013.

THOMA, A. S. **Representações sobre os surdos, comunidades, cultura e movimento surdo** 2^a ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2012.